

Nota à imprensa

2019.01.08

Os Vereadores do Partido Socialista, na Câmara Municipal de Aveiro, na reunião de 08 de janeiro, destacaram nos pontos da Agenda, foi ressaltado:

- Que a posição do PS Aveiro relativamente à intervenção no Jardim do Rossio (assumida também em documento enviado ao Sr Presidente em julho de 2018) e envolventes é contrária ao estacionamento em cave, por achar que este é contrário ao que se pretende para a cidade de Aveiro nas próximas décadas. Reafirmamos:

Questões em aberto:

- Estão asseguradas as diversas conexões entre a Praça Humberto Delgado – Rossio – Lota?
- Qual a influência sobre essas artérias com todas as dinâmicas associadas nas Rua Clube dos Galitos, Cais do Paraíso, Alboi, Moliceiros, paralelas à Avenida Lourenço Peixinho, Beira Mar, Praça do Peixe, Cais dos Botirões, antiga Lota, Canal de S Roque., Sá... com a interligação de sectores de atividade e qualidade de vida das pessoas?
- Em que medida é que as intervenções na mobilidade estão alinhadas com os compromissos de redução de CO2 assumidos pelo Município no âmbito do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia?
- Qual a relação com a política de mobilidade urbana de Aveiro – promoção de transporte público, desvio de tráfego de atravessamento, controle de estacionamento, apoio a modos ativos?
- Qual a relação com a estratégia de estímulo ao comércio local?
- Qual a relação com as estratégias de reabilitação urbana ao nível dos edifícios?
- Que parques servem esta zona a distâncias realizáveis a pé?
- Que ofertas turísticas estão delineadas com os moliceiros e para além dos moliceiros?
- O que se deseja para oferta turística desde o Rossio a Sá-Barrocas?

Ilacões

A estratégia que o Partido Socialista defende para o Rossio, é a de um jardim urbano, parte integrante da estrutura ecológica da cidade, equipado para utilização por todos, em qualidade e segurança. Qualquer alteração na circulação imposta por este projeto deve ser cuidadosamente estudada e simulada.

O desenho urbano não é o projeto: é um processo que tem um resultado físico, nomeadamente de alteração do espaço público, mas inclui as componentes forma, paisagem, história, sociedade, geografia, economia, ambiente, etc., .ou seja, possui um conjunto de relações que

se concretizam no espaço que devem ser projetadas em conjunto com as questões puramente estéticas ou funcionais para garantir o sucesso do espaço.

Chegar ao desenho urbano que serve melhor os objetivos e estratégias deve ser auscultado não só através dos técnicos responsáveis, mas estes devem ouvir um conjunto de entidades e de pessoas que permitam ter em consideração as várias dimensões em causa: do peão e do peão idoso; dos pais com crianças; dos ciclistas; dos comerciantes; dos motoristas de transportes públicos; dos utilizadores de transportes públicos; dos investidores; dos jovens; etc..

Esta alteração interfere com a mobilidade da cidade, com as atividades na Avenida, com a reabilitação urbana e com as novas tendências económicas, nomeadamente ligadas ao turismo e cultura.

- Que na reunião de 8 de abril de 2018, em que foi votado o relatório do concurso de ideias, recomendou à Câmara a promoção e efetivação de debate sobre todos os projetos estruturantes para o município de Aveiro e para a cidade de Aveiro, a realizar em Assembleia Municipal e com Referendo Municipal, garantindo todos os requisitos que a figura constitucional determina, com base na fundamentação que se segue:

1) O Rossio, perante o relatório sobre o concurso de ideias que foi apresentado, assumirá o conceito – Rossio histórico que lhe é próprio por definição.

2) Todas as envolventes ao Rossio (face ao assumido conceptual e historicamente - o “coração da cidade de Aveiro”) exigem, por conseguinte, um olhar estratégico nos procedimentos subsequentes a este concurso. Não é aceitável, para um projeto sério de cidade, conceber uma proposta para o Rossio, sem ter uma visão abrangente de planeamento urbano, necessariamente pluridisciplinar e em conjunto com a Rua Clube dos Galitos, Cais do Paraíso, Alboi, Moliceiros, Avenida Lourenço Peixinho, Beira Mar, Praça do Peixe, Cais dos Botirões, antiga Lota, Canal de S. Roque,... com a interligação de sectores de atividade e tendo como objetivo principal garantir a qualidade de vida dos moradores em primeiro lugar, não deixando de ser aprazível para visitantes.

3) Tendo presente as envolventes, emanam os impactos nas diversas actividades e planos municipais para o comércio, habitação, ambiente, cultura, natureza paisagística (natural, design urbano, arquitectura,...), turismo e mobilidade, nos diversos modos de transporte e com as respetivas pressões por saturação, nomeadamente dos veículos individuais motorizados e dos veículos de transporte de passageiros.

4) Os custos para os aveirenses, quer nos impactos imediatos quer no caderno de encargos e planos de negócios, devem ser elementos influentes, em qualquer decisão resultante deste concurso e relatório. Esses custos devem ser corretamente medidos e divulgados. O Partido Socialista, em coerência com o

processo iniciado e mantido nas reuniões dos órgãos Municipais sobre concurso de ideias e urgência de debate público relativamente aos mesmos, votou favoravelmente o relatório apresentado pelo Júri do Concurso mas recomendou à Câmara - com os fundamentos expressos nesta exposição - a promoção e efetivação de debate sobre todos os projetos estruturantes para o município de Aveiro e para a cidade de Aveiro, a realizar em Assembleia Municipal e com Referendo Municipal, garantindo todos os requisitos que a figura constitucional determina.

- Uma vez que só há fundos para a requalificação à superfície e atendendo a que este projeto inclui as vertentes à superfície e em cave colocam-se algumas questões: Não tendo havido pré-qualificação de investidores, como garante a existência de investidor privado para a obra não financiada no âmbito do PEDUCA? E se não aparecer investidor? É a Câmara que avança com o projeto na totalidade? Ou já existe investidor?

- O facto de este projeto ser apresentado primeiro à comunicação social e só depois à Câmara merece uma nota da nossa parte. Consideramos um desrespeito pelo órgão que estas matérias sejam primeiramente transmitidas à comunicação social, e só posteriormente disponibilizadas e apresentadas nas reuniões de Câmara.

A gestão de um Município do séc. XXI não se faz com argumentos do século passado e sem ouvir e incluir a vontade dos munícipes, na estratégia e nas intervenções no território. A voz de um cidadão ou um grupo de moradores, da Beira-Mar ou da Praça do Peixe, por exemplo, tem direito a ser ouvida e considerada, mesmo que em minoria. A um eleito em democracia, exige-se uma gestão com democracia.